

O sério e o pitoresco das inspeções do

(Carlos Alberto Lima)

Vencendo, palmo a palmo as águas, na subida contra a corrente do vasto rio Paranaíba, uma pequenina canoa chama a atenção das pessoas às margens do quase oceano. Em seu interior, vão cinco passageiros. Três pessoas utilizam os remos, na subida difícil; são caboclos queimados pelo sol, músculos rígidos, mãos firmes, olhos atentos. Dois outros são como estranhos naquela paisagem selvagem. Um homem e uma mulher. Ele, de terno bege, gravata escura, leva em seu colo, com extremo cuidado, uma mala preta. Ela, calças compridas pretas, blusa leve, cor de rosa, olha de vez em quando inquieta para o nível das águas que parecem vão engolir a canoa. Indaga se não há perigo de o barco encher, pois sente os pés molhados pelas águas que vão lentamente ultrapassando a borda. Um dos remadores dá um sorriso e tranquiliza a jovem que pela primeira vez vivia aquela aventura. As margens do rio, em pequeninos povoados, surgem sertanejos curiosos, indagando entre si sobre a identidade daqueles personagens que rumam rio acima. As versões são muitas e vão da suposição de que seja o "dotô" da cidade grande até o juiz que leva a noiva para o casamento. E a viagem continua; o rio ora corre manso e inofensivo, ora se encapela com o vento. Vez por outra os remadores afoitos desviam-se de ilhas flutuantes, pedaços de margens desgarradas que parecem vir de encontro à embarcação para afundá-la.

Na canoa, além dos remadores, vão dois funcionários do Tribunal de Contas da União: Antônio Augusto Bezerra e Marly Goulart Lopes. Na pasta preta, agarrada com medo que lhe escape, o material de trabalho constituído de relatórios, manuais de instrução e expedientes que serão necessários ao cumprimento da missão, quase secreta,

que recebeu ao sair de Brasília.

Eles tinham deixado Pintadas às 15 horas e rumavam em direção a Magalhães de Almeida, dois distantes municípios maranhenses que nem constam do mapa. Realizavam uma tarefa anônima e nobre, para eles plena de aventuras, pois que vivendo na cidade, só conhecem as agruras do nordestino pelas fitas de TV ou pelo cinema. Agora eles são os atores principais. Ao deixarem a Capital da República num jato 737 sabiam que iriam enfrentar o desconhecido. Mas isso não os preocupava. Levavam a missão de fiscalizar e sobretudo orientar os Prefeitos Municipais na aplicação correta dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, cuja responsabilidade está a cargo do Tribunal de Contas da União. Pelo Brasil afora, cerca de 200 funcionários do TCU, cumprem a mesma missão, vivendo as mesmas dificuldades, utilizando-se de vários meios de transporte, do avião ao jêrico, passando, por canoas, barcos, motocicletas, jeeps ou que meios outros necessitarem para levar a termo a tarefa recebida. Muitos, até, suplantam o número de municípios de que foram incumbidos de inspecionar mesmo que isso signifique, como aconteceu com alguns servidores, a utilização de recursos financeiros próprios, não se importando se serão ou não ressarcidos: sentem a importância da missão que cumprem e para eles isso basta.

As margens do rio Amazonas, o auditor do TCU, Rubens Lage Cruz prepara-se para subir à barca que descera o rio. É o Coordenador de uma outra equipe

que se movimenta. É uma noite escura; sopra um vento forte e a barca balança arranhando as cordas de encontro ao cais envelhecido. No momento em que estende o corpo para entrar na em-



A luta para desatolar o carro não está prevista nos manuais do TCU. Mas a missão tem que ser cumprida e o recurso é empurrar o Volks.

barcação, esta se afasta. Ele tenta se equilibrar. Não há onde se apoiar; cai nas águas negras, batendo a perna direita nos troncos pon-

tiagudos. Apesar da escuridão, não entra em pânico. Sente apenas uma dor forte na perna direita. Dá algumas braçadas e as pessoas

que estão por perto lançam-lhe uma corda e é içado. Examina a perna: está quebrada. Sua fisionomia é imperturbável. De diferente

somente a revolta que sente em saber que ficará imobilizado e que ali findara sua missão. Só isso o amola. Não há médicos nem hospitais na

cidade; chamam um negro velho que tem prática na coisa. Ele vem, olha, se afasta por alguns minutos e volta com umas talas. Pega a perna e num rápido movimento coloca o osso no lugar. Em Manaus, Rubens fez apanha engessar a perna quebrada. O negro velho fizera o resto, o mais difícil, sem nunca ter passado numa escola. Só a necessidade da vida o ensinara.

Em outros pontos e lugares, outras equipes se movimentam. No rio Pindaré-Mirim, em ponto estreito de margens de cerca de 80 metros, uma outra canoa tenta chegar ao lado oposto, andando em diagonal, cortando a corrente forte. Ali, apenas um remador: um menino de 15 anos, raquítico, aparentando 8 anos. Conduz a canoa com um pequeno galho de árvore. Sua perícia é impressionante, levando-se em conta, ainda, que dentro, vão, além dele, três pessoas. Um casal - funcionários do TCU - e o motorista da equipe, "seu" Coelho. E a canoa velha, carcomida pelo tempo e uso, vai chegando à margem oposta. O menino cobra apenas dois cruzeiros por cabeça para atravessar o rio. Ao fim da viagem recebe o dobro e sorri alegre, mostrando os dentes brancos e perfeitos. No trajeto, "seu" Coelho é o mais assustado. Segura com força as bordas: os dois outros passageiros estão tranquilos. Observam que na direção do rumo da canoa começa a se acumular crianças e mulheres. Comentam, alegres e despreocupados com o perigo, que pelo menos já têm um comitê de recepção. Esta outra equipe, para chegar à margem oposta do Pindaré-Mirim, já andara mais de cinco quilômetros a pé; o carro que os trazia ficara atolado na estrada carroçável. Já estão calejados e a ordem é tocar para frente, custe o que custar. O "comitê de recepção", formado pelo inusitado da chegada, movimentava-se do outro lado,

com murmúrios que os auditores que se aproximam parecem conjecturas sobre suas identidades. Mal o bote encosta à terra alguns descem e o ajudam a puxá-lo para a margem seca. Cumprimentam os viajantes com um sorriso de indagação e recebem, em uníssono, dos "estrangeiros", um cordial boa tarde. Um dos funcionários do TCU pergunta, sem se dirigir a alguém particularmente, aonde fica a Prefeitura. "Fica logo ali moço. Mas tá fechada pra almoço".

Passava um pouco do meio-dia; o sol está a pino e o calor é sufocante. Eles olham: aquele "logo ali", pela experiência que adquiriram, pode ser a 200 metros como a 10 quilômetros. Sabem que não adianta especular. O negócio é avançar e logo alguém se apressa em levá-los ao destino. Um pequeno atalho e vilumbram um aclave. Suspiram e vão em frente; afinal, já andaram no sol quente mais de meia hora, atravessaram o rio com um quase menino conduzindo a canoa. O que falta agora é pouco. Enquanto isso "seu" Coelho entabula conversa com dois homens e consegue, além de enxadas, duas pessoas para irem desatolar o carro.

A rampa é escorregadia. O terno, a gravata, a pasta preta atrapalham e o suor escorre pelo rosto. Até que chegam afinal; confirmam que o prédio da municipalidade está realmente fechado.

Onde mora o Prefeito - indaga a auditora ao menino mais próximo. O comitê de recepção vem um pouco atrás, curiosos. O guri se apresta a informar que fica mais um pouco adiante. Andam mais um pouco e batem palmas à porta da casa indicada. É um quase casebre, coberto de palha, algumas flores plantadas num jardim improvisado e três ou quatro galinhas cis-cando o chão duro, com-

Tribunal de Contas nos Municípios

pletamente alheias ao barulho. Um cidadão corpulento, cabelo encaracolado e negros vem atender.

- Queremos falar com o Prefeito!
- Podem falar comigo!
- O sr. é o Prefeito?
- Não... o Prefeito é minha mulher...

Pois, por gentileza, queremos falar com ela!

Não demora muito e ela surge à porta. É uma senhora, aparentando 45 anos. Cabelos negros, amarrados em coque. No colo, dois pimpolhos e, nas saias, agarrados, outros tantos, olhinhos assustados. Os inspetores do TCU são convidados a entrar. Só aí tomam conhecimento de que, o marido da Prefeita é o Secretário da Prefeitura e aí as coisas se explicam melhor, mas fica subentendido que o Prefeito, de fato, é o Secretário. Questões políticas que não interessam aos servidores do TCU. Explicam que vieram ali para verificar a aplicação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Pedem, depois, informações sobre uma possível pensão onde possam comer alguma coisa. Não existe aqui, Dr., informa o Secretário-Prefeito que, à primeira vista dos inspetores, parecia alcoolizado, impressão: logo depois desfeita, não se sabe se pelo inesperado da visita ou se o mesmo estava tirando a tradicional soneca depois do almoço. O certo, é que se recuperou surpreendentemente. Os inspetores são convidados a almoçar. Maneirosamente, recusam o convite. Uma torrencial culpa e explicações jorra dos lábios da Prefeita e de seu marido. Eles são pobres, mas podem arranjar algo para se comer. Os auditores do TCU se entreolham: sabem que não devem aceitar. Não que estejam proibidos, mas pelo simples fato de que isso poderá representar uma maneira de, subrepticamente, ficarem condescendentes no exame que irão fazer logo após. Confabulam, rapidamente, e resolvem aceitar. Iriam magoar aquela gente humilde, que em tempo algum entenderiam as razões da negativa.

A refeição chega logo: uma lata de sardinha, uma tija de arroz e ovos cozidos. Comem-na, solenemente, sob os olhares de quase toda a população do município que a esta altura se empolera nas janelas da modesta casa, já agora sabendo quem eram aqueles dois estranhos, informação dada, discretamente, pelo Secretário, pois as conjecturas mais terríveis já deviam estar circulando pelo povoado, no mínimo, informando que os funcionários federais tinham vindo prender a Prefeita.

Após a rápida refeição, caminham todos para a sede da Prefeitura. A pequena multidão, silenciosa agora, vai atrás. Povo bom, o nordestino. Manso e sempre com um sorriso alegre nos lábios; acostumados ao

sofrimento, aquela visita era um dia festivo para a cidade pequenina, encravada no sertão, cuja população luta contra as chuvas e pede por ela qual o sol implacável lhes torra sem piedade a plantação, seu único meio de reunir alguns cruzeiros.

E os 200 funcionários que deixaram Brasília vivem, nos diversos pontos do País, quase as mesmas dificuldades. Cumprem, com unhas e dentes, uma missão previamente delineada pelos Inspetores-Gerais do TCU, Adelaide Soares Sette e Juarez Rodrigues, com base no plano de inspeção minuciosamente elaborado pelo Ministro Glauco Lessa de Abreu e Silva. Este trabalho representou, no ano passado, a inspeção a cerca de 850 municípios brasileiros que receberam dos funcionários do TCU, além da fiscalização de rotina, uma gama de orientações sobre como bem aplicarem os recursos do FPM, indiscutivelmente, para muitos, o único meio financeiro capaz de assegurar-lhes a sobrevivência. Por trás da operação, o jovem Ministro Luiz Octávio Gallotti, que no ano passado exercia a Presidência do TCU, sente-se orgulhoso em saber que o seu Tribunal, sob sua batuta, está no campo, está na selva amazônica, está na cidade e no sertão, enfim, levando a todos os recantos brasileiros a nobre missão de fiscalizar e orientar. Pelo seu elevado trato com as coisas públicas, pelo seu conhecimento profundo dos grandes problemas que envolvem os Prefeitos dos municípios interioranos, fez questão de que a operação tivesse mais a finalidade de orientar, não pretendendo, "a priori", punir sem apreciar, salvo aqueles que estivessem malbaratando o dinheiro que o Governo, através do Banco do Brasil, distribui, religiosamente, aos 3 950 municípios em todo o território nacional. Após deixar a Presidência, já neste ano, coincidiu que o Ministro Gallotti viesse a ser o relator da inspeção que comandará em 74. E ele diz em seu voto: "se estude a adoção, por meio de ato deste Tribunal, de um sistema simplificado de comprovação; elucidativa, mas compatível com a escassez de recursos humanos e financeiros das Prefeituras; se prossiga no programa de inspeções ordinárias". Aos Prefeitos reconhecidamente faltosos - muito poucos, felizmente - o ex-Presidente recomenda sanções, que vão da suspensão do pagamento das quotas até a multas que variam de um a dez salários mínimos.

O atual Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Batista Ramos, homem também de visão ampla e experimentado ao longo de sua brilhante carreira parlamentar, prepara, para este ano, nova inspeção aos municípios, sabendo, como parlamentar que foi, que o povo depende fundamentalmente da fiscalização eficiente e cons-



O deslocamento aqui parece mais fácil. Pelo menos, o transporte agora é por burros

tante do TCU, pois dela resultará mais escolas, assistência médica, melhoramentos urbanos e a certeza de que os recursos federais estão sendo convenientemente aplicados.

A criação do Fundo de Participação dos Municípios se deve à visão do Governo do ex-Presidente Castello Branco e resultou de proposta dos seus Ministros do Planejamento e da Fazenda, Roberto Campos e Octávio Bulhões, respectivamente. A iniciativa teve por fim substituir a demorada entrega de percentuais dos então impostos federais de consumo e de renda, por meio de quotas, de valor igual, para todas as comunidades interioresanas. Montou-se, com o Fundo de Participação, um sistema racional e desburocratizado de distribuição dos recursos provenientes da arrecadação total dos Impostos de Renda e Produtos Industrializados (IPI), aumentando-se o volume financeiro e preocupando-se com a rapidez, automaticidade e periodicidade na entrega das quotas que passaram a ser fixadas com base na população de cada município. Além disso, reservou-se à União o poder de disciplinar a utilização dos recursos destinados aos Municípios, com a finalidade de redistribuir a renda nacional e de contribuir, de modo eficiente, para a interiorização da economia nacional. Ao Tribunal de Contas da União compete o encargo de fiscalizar e en-



A foto mostra a parte principal do Lago Verde, no Maranhão. A pobreza é total e o Município sobrevive às custas do FPM.

tregar as quotas, além de controlar os gastos.

Com a transformação havia, o FPM passou a constituir um dos mais eficazes instrumentos governamentais, não só para atender objetivos da polícia econômica social, como, também, para cooperar, de forma decisiva, na implantação de um sadio e objetivo municipalismo.

No ano de 1975 os quase quatro mil municípios brasileiros receberão, de acordo com o número de seus habitantes, uma parte do montante de Cr 2.615.458.800,00 que representa a parcela de cinco por cento do total previsto da arrecadação no orçamento de 75.

Ao TCU competirá cal-



Uma equipe, montada em "jegue" - América Kfuri e Ana Novais - chegam para inspecionar. O prédio da prefeitura espelha bem as condições locais

há cuja renda própria não chega a ser um décimo do que recebem do FPM e, não fossem estes, estariam fatalmente fadados à extinção. Por essa razão, o TCU e seus servidores se empenham em fiscalizar e orientar na correta aplicação dos recursos, punindo os faltosos e ensinando os Prefeitos cujo grau de instrução e de experiência se situem em nível primário.

Aliás, nesse particular, as situações mais pitorescas são vividas pelos funcionários do TCU em suas andanças pelo Brasil. É muito conhecida aquela do Prefeito que arguiu de não haver aplicado cinquenta por cento de seus recursos em despesas de capital por que seu município não era a Capital do Estado. Nesse quase anedotário de situações cômicas sempre outras surgem, como a de um Prefeito no Estado do Maranhão que comprou uma máquina de calcular eletrônica, portátil e, quando interrogado do seu destino pelos inspetores do Tribunal declarou que estava envergonhado de mostrá-la, pois somente após a compra descobrirá que a mesma não tinha fita de papel onde registrar os lançamentos.

Na Bahia, Washinton Fernandes, veterano e grande conhecedor dos vícios e virtudes das Prefeituras, conta-nos o episódio com outro Prefeito. Verificava as contas quando notou que havia duplicidade de pagamento. Uma despesa feita em janeiro estava registrada

como paga naquele mês e seis meses depois reaparecia na escrita. Interpelou o Prefeito. Este, meio cabreiro, chamou o Tesoureiro e disse:

- Fulano, não é que pagamos duas vezes a mesma conta!!!

Washington se abalou. Chamou o Prefeito a um canto e disse que ele poderia reaver aquele dinheiro, já que fora pago duas vezes. Naturalmente, o fornecedor iria reconhecer e devolveria a importância. O Prefeito pensou um pouco e sem titular redarguiu: "Não o fornecedor é meu amigo e não vai ficar bem eu pedir o dinheiro de volta. Sabe o que vou fazer: recolher do meu bolso mesmo". Claro que o inspetor calmamente esperou que o esperto Prefeito voltasse com o devido comprovante de que a importância fora de fato depositada à conta do FPM, no Banco do Brasil.

Em outro Estado, a auditora Marlene de Souza Lima passou também por uma situação curiosa. Chegou à Prefeitura e pediu a documentação. O Prefeito, homem bonachão e alegre, não tinha nada organizado. Uma bagunça total. Depois de um exaustivo trabalho de ordenamento da papelada o Chefe do Executivo local, como numa tentativa de mostrar que tinha alguma coisa organizada, não relutou em trazer a família para ser apresentada aos servidores do TCU: mulher e 23 filhos...

Pitoresca, também, foi a resposta recebida por um auditor, a título de agradecimento, de um Prefeito. Bem apessoado, demonstrando interesse pelo trabalho do TCU, o Prefeito pediu explicações amplas sobre tudo que o funcionário pudesse apresentar. Este, não se fez de rogado. Durante quase hora e meia fez uma completa exposição de todos os aspectos legais que regem a aplicação dos recursos do FPM, descendo a minúcias. Ao final, surpreendido, recebeu do Prefeito o seguinte agradecimento.

- Muito obrigado pela sua "orência". Obvio que o tempo fora perdido...

Outro auditor que viveu inúmeras situações inusitadas foi Raul Carrazedo de Araújo. Calejado em sua função de inspetor, percorreu já quase que o Brasil inteiro, sendo conhecidíssimo em vários Estados, onde seu nome é sempre citado aos colegas que passam em novas inspeções. Ele narra o fato que presenciou em uma cidade do interior do nordeste. Um rapaz "avançara" o sinal com a namorada e o pai desta andava-lhe no encalço para lhe tirar o pelo. Cidade pequena, na ocasião ilhada pelas águas, o rapaz, muito arguto, ante à impossibilidade de fuga, não teve outra alternativa: ofereceu uma vaca em troca da virgindade da ex-namorada. O negócio foi fechado e tudo ficou como dantes... Tem também aquela do Prefeito que queria incluir como despesas do FPM a hospitalização de

sua esposa na capital do Estado. Foi um custo a Raul explicar que a despesa era válida, porém só para indigentes. Depois apurou que a dívida do Prefeito estava é na palavra "indigente", daí sua pressão em incluir a esposa como tendo direito à ajuda do Município.

E muitos e muitos fatos aqui poderiam ser contados. Funcionários que encontraram, em estradas só percorridas por "jeeps" e mesmo assim havendo, às vezes, necessidade de desembarcar para atravessar igarapés, índios semi-civilizados, mas vivendo ainda em seu "habitat" natural, caçando e pescando para viver. O abuso de uma dona de pensão que, no almoço, cobrou por duas refeições o preço de Cr 25,00. Ao voltarem, para o jantar, foram surpreendidos pelo aumento inesperado de preço. A dona da modesta pensão cobrava agora Cr 45,00.

-Mas minha senhora, ponderou um deles: no almoço o preço foi 25 cruzeiros. Como pode ter aumentado para 45, no jantar?

-Ora, moço! Eu cobrei a arte.

- Que arte? - indagou o outro.

- A salada, defendeu-se a dona da pensão. Os senhores não repararam a salada?

- Sim, estava gostosa! Mas o que tem isso a ver com o preço?

- Foi obra de arte, moço! Isso eu cobro...

Para encurtar conversa: a tal salada, considerada "obra de arte" pela esperta dona da pensão nada mais era do que algumas rodélas de tomate, pimentão e pepino acamadinhas em torno de oito folhas verdes de alface.

É necessário ressaltar-se, nessa reportagem, que muitos municípios brasileiros, apesar da pobreza e da carência de recursos humanos, os seus dirigentes são homens que procuram superar as dificuldades e executam administrações de fazer inveja a muitos de maiores recursos. Em Lagoa Nova, por exemplo, no Rio Grande do Norte, o atual Prefeito desejando construir um posto de saúde só conseguiu o dinheiro para erguê-lo. O terreno ele o doou. Também em Mataraca, na Paraíba, os inspetores encontraram uma perfeição digna dos maiores elogios. Assim aconteceu em Votantim (SP), Divina Pastora (SE), Paulo Jacinto (AL) e Tijucas, em Santa Catarina. Neste último a organização existente era tão apurada e perfeita que surpreendeu os auditores do TCU. E não era só no exercício fiscalizado. A escrituração e documentos dos anos anteriores ali estavam carinhosamente guardados.

Muitos e muitos outros também poderiam ser aqui relacionados. Mas basta o exemplo acima. Serve para mostrar que pobreza e falta de recursos humanos e financeiros podem atrapalhar uma boa administração, porém não impedem que ela seja feita corretamente e com escrúpulo.

